

**PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS**Processo TCM nº **09322e25**Exercício Financeiro de **2024**Câmara Municipal de **ICHU****Gestor: Eugenio Carneiro de Queiroz Filho****Relatora Cons. Aline Fernanda Almeida Peixoto****VOTO****RELATÓRIO**

A prestação de contas da Câmara Municipal de **ICHU**, pertinente ao exercício financeiro de 2024, ingressou neste Tribunal dentro do prazo regulamentar, **cumprindo**, assim, o estabelecido no art. 7º da Resolução TCM nº 1.060/05, **restando** evidenciada a publicidade do Ato do Poder Legislativo (**doc. nº50/pasta “Defesa à Notificação”/e-TCM**) comprobatório da disponibilidade pública das contas anuais, em **descumprimento** aos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 6/91.

Determinada a notificação do Gestor, em submissão aos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa inscritos no art. 5º, LV, da Constituição Federal, nos termos do Edital nº786/2025, publicado no Diário Oficial Eletrônico do TCM de 18 de agosto de 2025, observa-se que, tempestivamente, mediante **petição datada de 03/09/2025**, foram apresentadas as justificativas que entendeu pertinentes para o esclarecimento dos fatos.

As contas pertinentes ao exercício pretérito, da responsabilidade do Gestor das presentes, foram apreciadas como **REGULARES**.

Oportuno registrar que o presente processo não integrou a matriz de análise do Ministério Público de Contas.

**FUNDAMENTAÇÃO****1. Instrumentos de Planejamento**

A Lei Orçamentária Anual do Município de **ICHU**, nº 082/2023, consignou dotações para a Unidade Orçamentária Câmara Municipal no importe de **R\$1.595.000,00**.

**1.1. Alterações Orçamentárias**

Foram promovidas alterações orçamentárias no montante de **R\$44.332,00** referente à alterações de QDD - Quadro de Detalhamento da Despesa,



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

estando esse valor devidamente contabilizado no Demonstrativo de Despesa do mês de dezembro/2024.

## 2. Análise dos Demonstrativos Contábeis

### 2.1. Demonstrativo das Contas do Razão

Inicialmente, observa-se o registro de repasse pelo Executivo, a título de *duodécimos*, da importância de **R\$1.444.175,38**, dentro dos parâmetros legais.

Conforme Termo de Conferência de Caixa e Bancos, a Câmara encerrou o exercício com saldo **R\$0,00**, conforme registrado no Demonstrativo das Contas do Razão de **dezembro/2024** – SIGA, restando evidenciado que foi recolhida aos cofres do Tesouro Municipal a importância de **R\$50.373,72**, divergente do valor de R\$2.873,72 comprovado nos autos.

Em sede de defesa o gestor comprovou nos autos devoluções de R\$2.873,72 e R\$47.500,00 (doc. nº51/pasta “Defesa à Notificação”/e-TCM), no montante de R\$50.373,72.

Diante disso, **assiste razão** à defesa apresentada pelo gestor, restando comprovado que o valor total efetivamente devolvido ao Tesouro Municipal a título de duodécimo corresponde a **R\$50.373,72**, conforme registrado no sistema SIGA e no DCR, esclarecendo a matéria sob análise e, conseqüentemente, **sanando a inconsistência apontada**.

### 2.2. Fluxo Financeiro

Considerando que o valor efetivamente devolvido a título de duodécimo foi de R\$50.373,72, matéria tratada no item 2.1 deste decisório, **faz-se necessária a atualização do fluxo financeiro, conforme demonstrado na tabela abaixo**, a fim de assegurar a conformidade entre os registros contábeis e os valores efetivamente executados. **Com esse ajuste, resta sanada a divergência de R\$47.500,00 anteriormente identificada no Relatório Geral de Execução da Despesa – RGES.**

RECURSOS	VALOR	RECURSOS	VALOR
Saldo Anterior	R\$ 0,00	Despesas Orçamentárias	R\$ 1.393.801,66
Recebimento de Duodécimo	R\$ 1.444.175,38	Desembolsos Extraorçamentários	R\$ 167.358,31
Ingressos Extraorçamentários	R\$ 167.358,31	Devolução de Duodécimo	<b>R\$ 50.373,72</b>
		Saldo Final	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.611.533,69</b>		<b>R\$ 1.611.533,69</b>



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

## 2.3. Disponibilidades Financeiras X Restos a Pagar

Conforme Demonstrativo da Despesa Orçamentária da Câmara de dezembro de 2024, **não houve** inscrição de restos a pagar no exercício em análise, contribuindo assim para o equilíbrio fiscal da Entidade e **cumprimento** ao art. 42 da LRF.

## 3. Obrigações Constitucionais e Legais

### 3.1. Total da Despesa do Poder Legislativo

O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, importou em **R\$1.393.143,88** não ultrapassando o limite prescrito no art. 29-A da Constituição Federal, no valor de **R\$1.444.175,38**, restando assim **cumprido** o referido dispositivo.

### 3.2. Despesa com Folha de Pagamento

O total da despesa com Folha de Pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, importou em **R\$713.143,88**, correspondente a **49,38%** de sua receita, **cumprindo** o limite máximo de 70% estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal.

### 3.3. Subsídios dos Vereadores

A Lei nº 0015/2020, de 05 de novembro de 2020, estabeleceu a remuneração dos vereadores e do presidente da Câmara Municipal para a legislatura compreendida entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2020, fixando os subsídios mensais em R\$ 7.596,00. No exercício analisado, o montante total pago foi de R\$ 626.400,00, valor que se manteve dentro dos limites estabelecidos na legislação.

### 3.4. Despesa Total com Pessoal

O total da despesa com Pessoal do Poder Legislativo Municipal, importou em **R\$812.232,46**, correspondente a **2,08%** da Receita Corrente Líquida Municipal no montante de **R\$38.988.514,86**, **cumprindo** o limite máximo de 6%, conforme definido no art. 20, inciso III, alínea 'a', da Lei Complementar nº 101/00.

### 3.5. Publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal

Foram apresentados os comprovantes de publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, referentes ao 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2023, cumprindo o estabelecido no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF.



### 3.6. Relatório do Controle Interno

Foi **apresentado** o Relatório Anual de Controle Interno subscrito pelo seu responsável, acompanhado da Declaração, em que o Presidente da Câmara atesta ter tomado conhecimento do conteúdo do referido relatório, em atendimento ao disposto no Anexo II da Resolução TCM nº 1.379/18.

### 3.7. Multas e Ressarcimentos

Conforme os arquivos deste Tribunal, não constam pendências de pagamento de multas, tampouco de ressarcimentos, sob responsabilidade do Gestor das contas em exame.

### 4. Transmissão de Governo

Não houve transição de governo em decorrência da reeleição do Gestor.

### 5. Acompanhamento da Execução Orçamentária

O exame mensal da execução orçamentária que esteve sob a fiscalização da 9ª Inspeção Regional-IRCE, constatou ocorrências pertinentes a outras despesas de pessoal/terceirização, conforme disposto no Relatório de Cientificação (achado 755), as quais serão analisadas na prestação de contas do Poder Executivo.

### VOTO

Ante o exposto e com fundamento no art. 40, inciso I, c/c o art. 41, da Lei Complementar nº 06/91, vota-se no sentido de julgar **REGULARES** as contas da Câmara Municipal de **ICHU**, relativas ao exercício financeiro de 2024, da responsabilidade do Gestor Sr. EUGÊNIO CARNEIRO DE QUEIROZ FILHO.

Saliente-se, por oportuno, o entendimento consolidado na Jurisprudência do Colendo STF e do Egrégio TSE, no sentido de que o julgamento das contas dos Legislativos Municipais é de competência deste Tribunal de Contas, a partir da decisão adotada na ADI 894/MT, de 23 de abril de 1999. Destarte, o posicionamento político porventura adotado pela Casa Legislativa não pode alterá-lo, no todo ou em parte.

Ciência ao interessado.

**SESSÃO ELETRÔNICA DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**, em 19 de novembro de 2025.



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

**Cons. Aline Fernanda Almeida Peixoto**  
**Relatora**

Este documento foi assinado digitalmente conforme orienta a resolução TCM nº01300-11. Para verificar a autenticidade deste acórdão, consulte o Sistema de Acompanhamento de Contas ou o site do TCM na Internet em [www.tcm.ba.gov.br](http://www.tcm.ba.gov.br) e acesse o formato digital assinado eletronicamente.

Processo: 09322e25 - Doc: 55 - Documento Assinado Digitalmente por: ALINE FERNANDA ALMEIDA PEIXOTO - 27/11/2025 09:11:14  
Acesse em: <https://e-pub.tcm.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b1dbca64-ea76-45c5-998e-eebbe44dd7e8